



## Nº 17 – NOVEMBRO/2015

### DESTAQUES

#### Diretora-Geral da OMS homenageia Brasil em mensagem dos 10 anos da CQCT

Os dez anos da ratificação da CQCT pelo Brasil, processo cercado de disputas entre a saúde pública e a indústria do tabaco e aliados, em 2004, levou a Diretora-Geral da OMS, Margaret Chan, a fazer um depoimento exclusivo dedicado ao país.

Discursando em inglês, Margaret Chan, citou personagens importantes na construção do tratado, reafirmou o exemplo do Brasil perante países que aumentaram o consumo de cigarro, e incentivou, por fim, que o Brasil reafirme sua liderança ao ratificar o protocolo do comércio ilícito do tabaco.

*“Saudações da Organização Mundial de Saúde, em Genebra. Dez anos atrás, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS entrou em vigor como instrumento de prevenção mais poderoso e disponível para a saúde pública. Uma década mais tarde, estamos constatando o que significa este poder. A Convenção salva vidas. Milhões de vidas. Um estudo recente mostra que, no mínimo, 7,4 milhões de mortes relacionadas ao fumo foram evitadas, em países que implementaram, pelo menos, uma medida de alto impacto do tratado para reduzir o consumo. É difícil pensar em outro tratado de saúde pública que tenha tido um impacto tão significativo. Vocês tem bons motivos para comemorar os 10 anos de história do tratado no Brasil. Os embaixadores Celso Amorim e Luiz Felipe de Seixas Correa habilmente presidiram o Órgão de Negociação Intergovernamental que estabeleceu um tratado forte e contundente. Outra brasileira, Vera Luiza da Costa e Silva, dirige o Secretariado da Convenção-Quadro. Como um dos principais produtores de tabaco no mundo, o Brasil também é um modelo para outros países. As ações que foram tomadas pelo país na implementação do tratado provam que as pressões econômicas e políticas internas podem ser superadas. O resultado é uma redução na prevalência do uso do tabaco no Brasil, de 35% no final dos anos 80, para os atuais 11%. Uma conquista impressionante. Muito ainda resta a ser feito. Em todo o mundo o consumo de tabaco continua a crescer. Mais países precisam aumentar os impostos sobre os produtos de tabaco. Esta é uma das mais eficazes de todas as estratégias de redução da demanda. Precisamos também de um maior envolvimento regional e global para lidar com as vendas ilegais, e não permitir que contrabandistas continuem visando os jovens e os pobres. Enquanto concludo, permitam-me encorajar o Brasil, para mais uma vez liderar esta caminhada acedendo ao Protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de*

*tabaco. Esta seria uma forma inspiradora de celebrar o décimo aniversário do tratado. Obrigada.”*

Fonte: SE-Conicq

## **BRASIL**

### **Evento na OPAS celebra os 10 anos da ratificação da CQCT no Brasil**

**Secretaria-Executiva coordenou seminário e cerimônia**

Em 2003, o Brasil entrou para a história da saúde global como líder das negociações, e segundo país-membro da OMS a aderir ao texto da CQCT. Levado ao Senado, o tratado só seria ratificado após intensos debates, em novembro de 2005, viabilizando a participação da Primeira Conferência das Partes, ocorrida em Genebra, na Suíça, em fevereiro de 2006.

Para celebrar os dez anos da ratificação do tratado, a Secretaria-Executiva da Conicq coordenou, entre os dias 3 e 5 de novembro, na sede da Opas, em Brasília, o evento “Dez anos da Convenção-Quadro no Brasil: reflexões e projeções”.

Segundo o Ministro da Saúde, Marcelo Castro, presente ao evento, os números de redução do tabagismo no Brasil chamam a atenção. Os tabagistas masculinos reduziram de 43,3% em 1989 para 18,9% em 2013. Entre as mulheres o índice caiu de 27% para 11% no mesmo período.

Na maioria dos países, esta redução é menor entre as pessoas com menor escolaridade, por diversas razões, como uma maior dificuldade de acesso a informações e tratamento.

Outra evolução positiva pode ser constatada entre a população masculina: o aumento no número de homens com menos de 25 anos que pararam de fumar (24,8% em 2008 para 32,6% em 2013) foi muito maior do que entre os homens com mais de 25 anos (52,9% para 55,1%).

“No mundo inteiro o Brasil é referência pelo êxito nas políticas de combate ao tabagismo. A redução do número de fumantes, quando já tivemos quase 40% de fumantes no país, é uma vitória que devemos comemorar, mas ao mesmo tempo nos deixa alertas para continuar na luta”, disse o ministro da Saúde.

Fonte: SE-Conicq

### **Projeto de Lei prevê parte do ICMS de bebidas e cigarros destinado ao tratamento de câncer**

Líder do PSB na Assembleia Legislativa, Carlos Cezar propôs emenda ao projeto de lei do governador Geraldo Alckmin que determina o aumento nas alíquotas do ICMS

sobre bebidas alcoólicas e fumo (cigarro, charuto, tabaco para cachimbo, entre outros).

De acordo com a emenda, parte do ICMS sobre os produtos mencionados deverá ser destinada a hospitais especializados no tratamento do câncer.

"Alguns tipos de câncer, como o de pulmão e fígado, por exemplo, são em grande parte causados pelos malefícios do consumo do fumo e das bebidas alcoólicas. Portanto, nada mais justo que aplicar parte deste tributo em hospitais especializados nesta doença", explicou Cezar.

Para o parlamentar, o objetivo da mudança é desestimular o vício e também arrecadar fundos para o tratamento de pacientes com câncer. No projeto de lei do governador, ainda fica estabelecida a diminuição do ICMS sobre medicamentos genéricos e a criação de um fundo estadual de combate à pobreza. Esse fundo será abastecido com cerca de R\$ 1 bilhão gerado com o aumento do imposto sobre supérfluos. Outro R\$ 1 bilhão será destinado ao tesouro estadual e R\$ 500 milhões aos municípios.

O governador propôs ainda a criação de um programa de parcelamento de débitos (PPD).

Fonte: A Crítica

<http://www.acritica.net/editorias/geral/projeto-de-lei-preve-parte-do-icms-de-bebidas-e-cigarros-destinado-ao/156937/>

### **Cigarro poderá ser proibido em parques, estádios e ginásios**

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou, nesta terça-feira (1º), projeto de lei que proíbe o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos e outros produtos semelhantes nos parques infantis e espaços usados para a prática desportiva profissional ou amadora, sejam eles abertos ou fechados. De autoria do ex-senador Paulo Davim (PV-RN), o projeto (PLS 344/2013) amplia o rol de restrições da Lei Antifumo (Lei 9.294/1996).

Na justificativa da proposta, o autor esclareceu que a ideia é impedir que as crianças fiquem expostas ao fumo nos locais que frequentam, como parques infantis. A proibição pode abranger também ginásios e estádios.

"Da mesma forma, a proibição do cigarro nos espaços esportivos visa a preservar a saúde dos praticantes e frequentadores de espetáculos dessa natureza", justificou o então senador.

Para a relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), o projeto ainda é útil para evitar que, em decorrência da presença de adultos fumando ao redor, as crianças sejam também estimuladas, pelo exemplo, ao uso de cigarro. Ela observou que, por isso mesmo, a propaganda de cigarros já foi abolida dos meios de comunicação.

A relatora apresentou uma emenda ao projeto definindo como parques infantis os playgrounds ou áreas dotadas de brinquedos dedicadas exclusivamente ao entretenimento de crianças.

O projeto será votado ainda pelas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). Na última, terá decisão terminativa.

Fonte: Senado

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/09/01/cigarro-podera-ser-proibido-em-parques-estadios-e-ginasios>

## **INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO**

### **Congresso Internacional de produtores oficializa oposição às embalagens padronizadas**

**Produtores assinaram Declaração de Madrid contra iniciativa de saúde pública**

A Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA) e a Federação Nacional dos Produtores de Tabaco da Espanha (FNCT) ratificaram um documento, chamado Declaração de Madrid, contra as embalagens padronizadas de tabaco. O documento expressa a rejeição ao que considera uma ação ineficaz na luta contra o tabagismo por causar sérios danos à indústria, e afetar a renda dos agricultores.

A Declaração de Madrid contra as embalagens padronizadas foi assinada durante a 30ª Assembleia Geral do ITGA, realizada em fins de outubro, na Espanha.

A reunião contou com a presença do Brasil, e de países como Argentina, África do Sul, Bulgária, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Filipinas, Índia, Indonésia, Itália, Macedónia, Malawi, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, e representações políticas regionais.

A Declaração de Madrid atacou o que considera ausência de provas científicas que demonstrem a eficácia das embalagens padronizadas na redução do tabagismo, como vem realizando a Austrália, país que influencia outros a promover essa medida, considerada pelo Congresso prejudicial aos agricultores.

A Declaração também alega que a embalagem padronizada aumentou o comércio ilícito de tabaco na Austrália em 26%, e isso implicou na redução de renda entre os produtores, uma vez que a produção ilegal não respeita as exigências das autoridades de saúde, nem as leis nacionais e internacionais.

A carta defendeu a posição da União Europeia que rejeitou as embalagens padronizadas por considerar que esta medida viola os acordos que regem o comércio internacional. A este respeito, os produtores estão confiantes de que embalagens padronizadas serão rejeitadas pela OMC.

Manuel Garcia Brown, presidente da Federação Nacional dos Produtores de Tabaco da Espanha, liderou a rejeição às embalagens padronizadas.

"O tabaco que nós produzimos não pode ser diferenciado, e o consumidor final não tem como optar entre embalagens, o que pode levar a entrada de tabaco mais barato a partir de outras fontes, que iria ocupar o espaço agora ocupado por nós".

Na declaração, o ITGA, Associação Internacional de Produtores de Tabaco, não poupará recursos para continuar defendendo a viabilidade econômica das explorações agrícolas que mantêm milhões de agricultores em todo o mundo.

Fonte: Talayuela – Edição: SE-Conicq

<http://talayuela.hoy.es/actualidad/2015-10-19/productores-tabaco-todo-mundo-firman-2225.html>

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO**

### **Alternativas ao tabaco são debatidas na Assembleia de Santa Catarina**

Evento comemorou os 10 anos da CQCT

Ações, demandas e resultados da diversificação na fumicultura e da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco foram discutidas na ALESC no dia 9 de novembro, em debate promovido e liderado pelo Cepagro junto com agricultores, acadêmicos e técnicos do CAPA, Deser, Unitagri, Uneagro e Cooptrasc estiveram reunidos.

O evento contou também com a presença do deputado federal Hiran Gonçalves (PMN-RR), relator do projeto de lei que cria o Fundo Nacional da Fumicultura, destinado ao tratamento de doenças tabaco-relacionadas e também para o apoio da diversificação da fumicultura.

As organizações dos três estados do sul do Brasil que estiveram representadas no evento apoiam cerca de 5 mil famílias de agricultores que desejam sair da fumicultura. Segundo o coordenador do Cepagro, Charles Lamb, "as organizações têm um compromisso social com as famílias fumicultoras, e não um contrato privado como o do sistema integrado".

As experiências de agricultores que conseguiram fazer a transição do cultivo de fumo para o de alimentos também foram valorizadas durante o debate.

Fonte: Cepagro

<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/>

## **TABACO ILÍCITO**

### **Contrabando operava em Santa Cruz do Sul**

Capital do Tabaco servia como base de operações do comércio ilícito

Utilizando como base a cidade de Santa Cruz do Sul, principal polo produtor de tabaco do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal (PF), em conjunto com a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda Nacional, prendeu sete pessoas no início de novembro acusadas de contrabandear cigarros.

As prisões ocorreram nas cidades de Santa Cruz do Sul, Arroio do Tigre e Venâncio Aires, todas no Rio Grande do Sul, além de Foz do Iguaçu e Cascavel, no Paraná, e no Rio de Janeiro. Outros sete suspeitos foram encaminhados para prestar depoimento na Delegacia da Polícia Federal de Santa Cruz do Sul.

A quadrilha é acusada de sonegar R\$ 2,3 bilhões em impostos federais. A Operação Huno teve alvos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Pará. Mais de 200 policiais federais, 90 servidores da Receita Federal e quatro procuradores da Fazenda Nacional cumpriram sete mandados de prisão, sete de condução coercitiva e 50 de busca, além da determinação judicial do sequestro de 59 imóveis, 47 veículos e contas bancárias – um patrimônio que totaliza R\$ 80 milhões.

"Temos mais investigados, mas pessoas que tiveram a liberdade conflitada foram essas 14 pessoas, sendo que sete foram interrogadas e sete foram presas preventivamente, podendo ter a prisão renovada ou não. São pessoas das mais variadas funções dentro da cadeia do submundo do tabaco, desde empresários até laranjas e atravessadores", afirma o chefe da Delegacia da PF em Santa Cruz do Sul, Gustavo Schneider.

As investigações iniciadas em setembro de 2014 no âmbito da Operação Sentinela, que monitora atividades criminosas em regiões de fronteira, desvendaram um esquema complexo de sonegação e contrabando.

Segundo a PF, os suspeitos utilizavam empresas de fachada e laranjas e desviavam tabaco processado nas suas empresas para distribuí-lo em fábricas no Paraguai por meio de exportação irregular. A matéria-prima, industrializada muitas vezes de forma clandestina, retornava ao Brasil como cigarro industrializado contrabandeado.

Além disso, uma parte do fumo desviado da produção seguia para fábricas clandestinas de cigarros localizadas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, que falsificavam marcas paraguaias – por sua vez, já falsificadas também – para distribuição no mercado nacional.

Os crimes apurados pela força-tarefa abrangem associação criminosa, receptação, falsificação de documentos, sonegação fiscal, exportação irregular de fumo, contrabando de cigarros, adulteração de produtos entregues a consumo e pirataria de marcas registradas.

O pagamento pelo fumo processado era realizado com o produto contrabandeado ou pirateado e com automóveis de luxo, máquinas urbanas (retroescavadeiras e motoniveladoras) ou agrícolas (colheitadeiras e tratores). A quadrilha ainda se encarregava de revender os cigarros e os veículos na região ou mesmo fora do Estado.

Segundo a Receita Federal, o prejuízo da União com a sonegação é estimado em R\$ 2,1 bilhões.

Fonte: Notícias/UOS – Edição: SE-Conicq

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/05/policia-federal-investiga-grupo-acusado-de-fraude-bilionaria-com-cigarros.htm>

## MUNDO SEM TABACO

### **Corte Suprema de Justiça considera legal lei antitabaco de província argentina** Santa Fé mantém regulação do tabaco

Em fins de outubro, a Corte Suprema da Argentina reconheceu a constitucionalidade da lei de controle do tabaco da província de Santa Fé, que proíbe qualquer forma de publicidade, promoção e patrocínio de produtos de tabaco.

A ação foi movida pela empresa Nobleza Piccardo (subsidiária de BAT, assim como a Souza Cruz no Brasil), que alegou que a província teria extrapolado sua competência para legislar ao aprovar lei mais restritiva que a nacional, o que violaria a Constituição Federal. Alegou ainda violação às liberdades de expressão e de exercer atividade econômica lícita.

A Corte considerou que a lei regional é constitucional e reconhece a faculdade das províncias de tomar medidas protetoras para garantir o direito à saúde desde que não violem os preceitos constitucionais de razoabilidade e proporcionalidade.

A decisão é importante pois abre uma via para que as provinciais avancem em medidas de controle do tabaco mais restritivas do que a lei nacional.

A decisão também reconhece que o controle do tabaco é uma ferramenta para proteger o direito à saúde e à vida, assim como os direitos do consumidor, e entende a tendência global de aceitação de medidas que restringem a publicidade de tabaco como ferramenta para garantir esses direitos fundamentais.

Fonte: Protectora – Edição: SE-Conicq

<http://www.protectora.org.ar/salud-medicamentos-medicina-prepaga-y-o-sociales/28992/28992/>

<http://www.tobaccocontrollaws.org/litigation/decisions/ar-20151027-nobleza-piccardo-v.-provincia->

### **Nepal introduz 90% de advertências nas embalagens de tabaco** Ação se torna a mais contundente entre membros da OMS

As embalagens de tabaco no Nepal têm agora 90 por cento de sua área de superfície coberta com advertências com imagens representando impactos negativos sobre a saúde com o uso do tabaco. A diretiva entrou em vigor no início de novembro.

Para o Consultor Controle do Tabaco da União para o Sudeste da Ásia, Tara Singh Bam, as "Advertências gráficas são eficazes porque elas chamam a atenção criando uma associação desfavorável ao consumo de tabaco e uma motivação para parar".

Ilustrações são especialmente eficazes quando as taxas de alfabetização são baixas. Também são comprovadas para influenciar fumantes jovens, que compõem 20% do total da população jovem no Nepal, uma das percentagens mais elevadas de jovens fumantes no Sudeste da Ásia.

Cerca de 38% dos homens e 17% das mulheres no Nepal são tabagistas diários e quase 16 mil pessoas no Nepal morrem a cada ano de causas relacionadas com o tabaco.

Há dois anos, no Nepal, advertências cobrindo 75% foram contestadas pela indústria do tabaco, que foi garantida pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar da pressão da indústria do tabaco, Nepal manteve-se comprometido com sua estratégia para proteger a saúde pública.

Fonte: The Union – Edição: SE-Conicq

<http://www.theunion.org/news-centre/news/nepal-implements-90-per-cent-graphic-health-warnings-on-tobacco-packs-strictest-in-the-world>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

**Expediente:**

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA